

Editorial

Em momento de intensos questionamentos e debates sobre os rumos da educação no país e, mais ainda, sobre a importância da escola pública, o segundo número da revista Educação em Foco nos coloca diante de uma escola que, (re) visitada sob diferentes ângulos e perspectivas, se mostra aberta às críticas num movimento que escrutina o seu passado e questiona suas práticas, suas estratégias, sua materialidade, seus currículos e seus sujeitos, mas que também indaga o seu “agora” e se abre às possibilidades, ao novo, ao desafiador.

Essa escola, compreendida como experiência cultural, que é historicamente produzida em movimentos tensos e intensos de “permanência e rupturas, conservação e transformação, misérias e grandezas”¹, não é e jamais será uma produção homogênea, consensual, única. É sua natureza singular, que se abre ao escrutínio dos pesquisadores e cujos trabalhos aqui apresentamos aos (às) leitores (as) em dezesseis artigos que tratam de temas de grande interesse para o campo da Educação. Entre o conjunto dos artigos, aqui se encontram estudos de pesquisadores de Portugal e de Angola realizados em outros contextos, mas que também indagam suas práticas, seus currículos, seus sujeitos, enfim, que indagam suas próprias experiências culturais evidenciando o quanto a escola se movimenta, se (re) pensa e se permite indagar e mudar na relação com o seu agora, que é singular, mas também que carrega consigo as tendências globais que extrapolam os limites geográficos, espaciais, culturais.

Nesse sentido, iniciamos este número, com o artigo “O conceito de totalidade e o processo de internacionalização do Currículo: aspectos ontológicos e metodológicos” de Juliano Bona e José Marcelo Freitas de Luna, no qual os autores utilizam as lentes da filosofia para aprofundar uma análise da “relação entre o conceito de totalidade e o processo de inserção das noções interculturais no espaço escolar” (p. 19). A abordagem parte do conceito de totalidade nas três principais vertentes filosóficas: a racionalista, a idealista e a dialética, seguida da análise do processo metodológico de internacionalização do currículo. Para os autores, é na corrente dialética que se tem “a ampliação do conceito de totalidade que passa a ser considerado como fenômeno historicamente construído” e a triangulação “sujeito-objeto-sujeito” como construtora dessa percepção de totalidade (p. 32). Com base em Bachelard (1995), aproximam o conceito de interculturalidade e de totalidade destacando a abertura da ciência às possibilidades e à diversidade, questionando as práticas monoculturais que caracterizam o espaço escolar.

Sensibilizados (as) pela discussão acerca da internacionalização e das práticas culturais abertas à diversidade, os (as) leitores (as) poderão acompanhar, no artigo de

1 STEPHANO, M., BASTOS, M.H.C. Introdução. In: _____. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III - Século X., (Org.) Petrópolis: Vozes, 2005, p. 14.

Débora Barbosa dos Reis e Maria de Fátima Cardoso Gomes, intitulado “As práticas culturais em uma sala de aula de Psicologia em Cabinda/Angola”, o relato de uma pesquisa desenvolvida naquele contexto, no âmbito da Universidade 11 de Novembro (UON), com vistas a “compreender quais os sentidos e significados das práticas pedagógicas existentes nas salas de aula da graduação em Ensino de Psicologia” (p. 37). O estudo integra o projeto de cooperação entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) e a UON (Angola) com vistas à “implantação de uma pós-graduação no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) em Cabinda.

As autoras, tomando as culturas escolares como categoria de análise, investigaram as práticas culturais das aulas do Curso de Ensino de Psicologia do ISCED/UON. Como parte da metodologia, a imersão na comunidade de prática contou com “aspectos relacionados à vivência da equipe brasileira no Curso de Psicologia” e “com vivências para além dos muros do ISCED: festas, rituais, contatos diversos com os habitantes da região, passeios etc.” (p. 39) Entre seus resultados, a pesquisa problematizou, junto aos estudantes, os “desafios de acesso à informação”, ao lado da “tradição oral para manter-se integrado e atualizado em sua formação”, as diferentes possibilidades do uso e apropriação do tempo escolar, das “relações de gênero na cultura angolana, em geral, e na cultura escolar do ISCED/UON, em particular” (p. 50).

Numa perspectiva de indagação acerca do tratamento conferido à cultura e a história dos povos indígenas nos livros escolares brasileiros, Maria Perpétua Baptista Domingues e Carmen Teresa Gabriel, no artigo “Narrativas dos/sobre indígenas na historiografia escolar contemporânea”, se debruçaram sobre a coleção didática para o Ensino Médio, “História em movimento”, aprovada em todos os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nos anos de 2008, 2012 e 2015. Utilizando a categoria narrativa, buscaram compreender de que modo a história dos povos indígenas foi inscrita na estruturação temporal da história do Brasil narrada nas páginas da coleção analisada e, assim, hegemônica no contexto escolar. Entre os resultados do estudo, as autoras destacam a potencialidade da análise na “perspectiva pós-fundacional, no sentido de buscar, no jogo político e discursivo, desestabilizar as narrativas nacionais hegemônicas, de forma a abrir a possibilidade de outras articulações e hibridizações das narrativas indígenas em meio a uma história do Brasil configurada nos currículos escolares” (p. 72). Essa abordagem evitou, segundo as autoras, o denunciamento abrindo possibilidades para “outras significações, outras fixações de sentido, acerca da história indígena ensinada nas escolas brasileiras, diferentes das que foram fixadas na coleção didática investigada” (idem).

Em “Ressignificando o Projeto Político-Pedagógico visando o aprimoramento de práticas educativas da Educação do Campo”, Rerlen Ricardo Silva Paglia e Edmilson Cezar Paglia apresentam os resultados da pesquisa realizada na Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke, em Joinville/SC. O estudo analisou como

a implementação do Projeto interferiu nas práticas educacionais dessa Escola cujos estudantes, ao concluírem ensino fundamental II, são pré-qualificados em Agropecuária com vistas a permanecerem no campo e atuarem nas propriedades rurais com base nos preceitos do Desenvolvimento Sustentável. Entre os resultados, os autores perceberam dificuldades como o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar entre os professores das disciplinas da “Base Comum” e aqueles que trabalham com a “Base Técnica”. Também constataram certo distanciamento entre as concepções de Educação no Campo e da Cultura do Campo, da comunidade acadêmica e do seu entorno não oportunizando a valorização ou contextualização das vivências culturais em sala de aula, o que os levou à conclusão de que “A escola, para além das questões técnicas e conceituais, necessita ampliar olhares e saberes para as reais necessidades do campo e compreender que as culturas construídas fazem parte da história de cada um e da coletividade” (p. 98).

A temática de gênero também está presente em dois artigos nesta edição, em diferentes perspectivas. Em “Educação, nome (social) e políticas públicas: o caso Nazaré, uma estudante transexual na escola”, Claudio Eduardo Resende Alves e Maria Ignez Costa Moreira, problematizam aspectos decorrentes da política pública do município de Belo Horizonte que legitima o uso do nome social nas escolas públicas municipais. Em estudo realizado no período de 2013 a 2015, no campo da Psicologia, os autores analisaram a trajetória escolar de uma estudante transexual inquirindo sobre as relações interpessoais, as práticas e os discursos dos sujeitos escolares que conviveram com Nazaré, na escola, com vistas a “desvelar os impactos do dispositivo do nome (social) no cotidiano” da escola. (p. 118). Os autores apontam que o desconhecimento sobre a transexualidade, sobre noções de identidade de gênero, orientação sexual, entre outras, contribuem para a reiteração de práticas e discursos discriminatórios que podem levar à exclusão social. Destacam que “o dispositivo nome (social) é insuficiente para gerenciar as lacunas entre o texto prescrito da política pública e a prática social na escola” (p. 103), entretanto, a política pública municipal pode ser um ponto de partida para o reconhecimento dos direitos de cidadania de transexuais no Brasil.

O artigo de Josiane Peres Gonçalves, Verônica Caroline de Matos Ferreira e Zenaide Ribeiro Neto Capristo, intitulado “Professores homens desempenham as mesmas funções que as professoras na Educação Infantil? Olhares dos gestores escolares”, problematiza questões de gênero enraizadas na organização cultural brasileira que estabelece lugares, posições e profissões para os homens e as mulheres. As autoras investigaram as representações sociais dos gestores de instituições públicas de Educação Infantil dos municípios de Campo Grande, Corumbá, Itaquiraí e Tacuru, do Estado de Mato Grosso do Sul, acerca do trabalho desenvolvido pelos docentes do gênero masculino que atuavam nesta etapa da Educação Básica. Destacam, entre outros resultados, haver estranhamento e, mesmo, preconceitos no interior de algumas escolas por parte das colegas professoras, o que leva os gestores a exercerem a função

mediadora, inclusive com as famílias. Diferentemente, na escola indígena localizada na zona rural de Tacuru, onde atuavam cinco professores homens, o gestor “que também era indígena, relatou que existem diferenças na forma como eles compreendem a educação de crianças e que não havia problemas em ter docentes do gênero masculino” (p. 133) Em geral, “a presença de um homem na educação infantil é vista como relevante, por representar o referencial masculino para as crianças, mas também existe o medo da pedofilia ou da agressão sexual”, constatam as autoras. (p. 125)

As escolas de Educação Infantil também foram indagadas quanto à formação musical de seus professores. No estudo de Malba Cunha Tormin e Tizuko Morchida Kishimoto, apresentado no artigo “Formação de professores e musicalização nas creches”, investigou-se, no período de 2012 a 2013, a formação musical de professores (as) que atuavam em creches, graduados (as) em cursos de Pedagogia e Licenciatura em Música, de cem Instituições Federais, Estaduais e Privadas, de Ensino Superior, em todas as regiões do Brasil. Realizada com recursos da internet, a pesquisa constatou “a ausência de formação musical nos cursos de Pedagogia e a pouca oferta de disciplinas voltadas à musicalização na primeira infância, tanto nos cursos de Pedagogia quanto nos de Licenciatura em Música” (p. 147).

Ainda no âmbito da Educação Infantil, Claube Camile Soares Lima, João Francisco Magno Ribas e Gislaíne Aparecida Rodrigues da Silva Rossetto, no artigo “Estado da Arte: conteúdo dos jogos de Educação Física como atividade pedagógica na Educação Infantil”, analisaram, no conjunto da produção científica de teses e dissertações, produzidas entre janeiro de 2010 a dezembro de 2014, nas principais instituições de Ensino Superior do estado do Rio Grande do Sul, como o conteúdo dos jogos de Educação Física tem sido abordado na Educação Infantil. A pesquisa bibliográfica evidenciou, entre outros resultados, que há poucos estudos referentes a essa temática e, ainda, que “não foi observado nenhum estudo relativo ao conteúdo dos jogos de Educação Física como atividade pedagógica na Educação Infantil”. (p. 187)

A presença das tecnologias digitais como mediadoras do ensino e, ainda, das tecnologias educacionais em rede, é discutida nos dois artigos seguintes. O primeiro tema é abordado por Carlos Alexandre Cunha e Glória Solé, em “Uso do Google Maps e Geocaching para aprender história: um estudo com alunos do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico”. Relata um estudo empírico resultante da “implementação de um projeto investigativo de intervenção pedagógica supervisionada, que se desenvolveu no âmbito do plano de estudos do Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico da Universidade do Minho, em Portugal”, em 2016 (p. 195). Desenvolvido com alunos portugueses, na linha de investigação em cognição histórica, o objetivo foi analisar a adequação de tecnologias digitais, concretamente o Google maps e o Geocaching, no processo de ensino e aprendizagem da História, avaliando o impacto destas ferramentas na construção do conhecimento histórico e de competências históricas. Os resultados

são explorados em detalhes pelos autores e são muito significativos no contexto da aprendizagem significativa.

Sabrina Bagetti e Elena Maria Mallmann, discutem sobre o ensino técnico a distância, no artigo “Design da Mediação Pedagógica em ambientes virtuais de ensino-aprendizagem colaborativo: fluência tecnológico pedagógica”. As autoras investigaram as estratégias didático-metodológicas da equipe Multidisciplinar do Curso Técnico em Fruticultura a distância, ofertado pela Rede e-Tec Brasil, na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, no segundo semestre do ano de 2014. Entre as conclusões, as autoras destacam que “o maior desafio da mediação pedagógica (...) está centrado no desenvolvimento da fluência tecnológico-pedagógica”, pois isso requer “conhecer suas possibilidades de uso, saber como fazer, ter autonomia para utilizar de forma adequada” (p. 238).

As políticas públicas também fazem parte do repertório de indagações a que os pesquisadores submetem a educação. Ao problematizarem e avaliarem seus impactos, os artigos aqui presentes colocam em primeiro plano os professores, sujeitos das práticas, muitas vezes ressignificadas na busca da materialização dessas políticas no interior das escolas. Assim, Juliana Cristina Perloti Piunti e Rosa Maria Moraes Anunciato de Oliveira, em “Exame Nacional do Ensino Médio: política educacional ressignificada por professores de uma escola pública”, por meio de um estudo de natureza descritivo-analítica, investigam as repercussões do ENEM sobre a prática profissional de quatro professores de uma escola situada no interior do estado de São Paulo. Entre suas conclusões, as autoras destacam o quanto essa etapa da Educação Básica ainda “continua vítima do reformismo devido às mudanças curriculares entre 1998 e 2011” e tem levado os professores a balizarem suas práticas e estratégias de trabalho nas orientações da avaliação externa (p. 259).

Inscrita no campo das políticas públicas, a Educação Especial, compreendida como uma modalidade transversal de educação escolar, tem suas práticas curriculares questionadas por Marta Sueli de Faria Sforni e Antonio Paulino de Oliveira Júnior, no artigo “Critérios e formas de adaptação curricular para alunos com deficiência visual na rede regular de Ensino”. O texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada com quatro professoras de instituições públicas de um município do noroeste do Paraná que tinham em suas salas de aulas alunos com cegueira ou baixa visão. Orientados pelos aportes teóricos da História Cultural, investigaram como se realizavam as adaptações curriculares, “previstas em lei como direito das pessoas com deficiência” (p. 265), problematizando, em especial, o ensino de conceitos científicos e sua avaliação. Os autores apontam que o “enxugamento” dos conteúdos e a facilitação das provas, práticas observadas, exprimem a “flexibilização curricular em detrimento da concepção de adaptação curricular” (p. 278).

O artigo de Geandra Cláudia Silva Santos, intitulado “As implicações da subjetividade do professor do Atendimento Educacional Especializado no seu trabalho pedagógico”, acompanha a rotina de uma professora de Ensino Fundamental que trabalha em uma sala de recursos multifuncionais, de uma escola localizada na zona urbana de um município do Sertão nordestino. A autora destaca que “a subjetividade da professora era constituída pela condição de sujeito e mostrou-se marcada pelas configurações subjetivas de religião, família e trabalho” (p. 283). Desse modo, embora tenha identificado uma postura reflexiva, criativa e proativa da professora, diante das situações da vida profissional e pessoal, e, ainda, de reconhecer seu trabalho para inscrever a educação especial no projeto pedagógico da escola e buscar articular o trabalho da sala de recursos às práticas dos demais professores, reconhece como lacuna “a insuficiência de sistematização das ações de adaptação curricular, para que os alunos com desenvolvimento atípico tivessem acesso aos conteúdos disciplinares”. (p. 294)

A prática pedagógica também foi inquirida no artigo “Percurso de aprendizagem na produção de textos escritos”, de autoria de Gladys Agmar de Sá Rocha e Raquel Márcia Fontes Martin. As autoras analisam textos escritos por crianças de 7 e 8 anos de idade, de uma turma do 2º ano do ensino fundamental, a partir de uma atividade proposta em um livro didático de alfabetização e complementada pela professora. Foram identificados três grupos com diferentes níveis de interlocução com o texto, o que representa, para as pesquisadoras, diferenças inerentes ao processo de aprendizagem e indicativos da importância de se apreender o texto em sua totalidade e de se investigar a aprendizagem da escrita em diferentes situações.

A preocupação com os processos de aprendizagem da leitura e da escrita também se fez presente na pesquisa bibliográfica realizada por Dirce Charara Monteiro. Em seu artigo, intitulado “Contribuições de pesquisas sobre dificuldades no processo de alfabetização: período de 2010 a 2014”, a autora problematiza alguns fatores que concorrem para a existência das dificuldades, apontados por estudiosos do tema, e discute, a partir da consulta às bases de dados de periódicos, dissertações e teses, como o tema dificuldades no processo de alfabetização é abordado. Em conclusão, destaca a escassez das pesquisas, no período contemplado, a predominância de estudos de caso, a diversificação de abordagens sobre o tema, entre outras.

Fechando o conjunto da produção científica apresentada neste número, Geisa Magela Veloso, Rafael Baioni do Nascimento e Mônica Maria Teixeira Amorim, nos convidam a revisitar a escola, na perspectiva da História da Educação, para conhecer e refletir sobre as “Práticas disciplinares nas representações de sujeitos da Educação em Montes Claros, MG (1910-1930)”. O artigo, ao conferir historicidade aos discursos e práticas referentes aos castigos e à punição escolares e apontar as mudanças nas práticas disciplinares de uma pedagogia disciplinar a uma pedagogia psicológica, nos possibilita compreender a atualidade do tema e como ele constitui traço de permanência na cultura escolar brasileira.

Os debates e reflexões aqui apresentados, sobre temas relevantes da educação no Brasil, em Angola e em Portugal, colocam pesquisadores em sintonia na busca da compreensão da instituição que vem se consolidando ao longo de séculos na sociedade ocidental, como lócus de formação, de socialização e de educação de fundamental importância para a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas. Esperamos que este número possa contribuir para incitar nossos exercícios de pensamento, nossas opções, tomadas de decisão sobre os “agoras” da educação de nosso tempo.

Vera Lúcia Nogueira

Agosto/2018